

“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”

PROJETO DE LEI Nº 955/2023



Reconhece como de Utilidade Pública Estadual a colônia de pescadores Z-36 – Victor Luciano da Silva no município de Uiraúna/PB. **Parecer pela CONSTITUCIONALIDADE e JURIDICIDADE.**

1. Resumo do projeto – A proposição em análise institui que fica reconhecida a utilidade pública da Colônia de Pescadores Z-36 – Victor Luciano da Silva, no município de Uiraúna/PB. Por fim, estipula que a Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

2. Síntese do voto - No que tange à constitucionalidade, juridicidade e à técnica legislativa, a matéria em questão se insere na competência legislativa ordinária da Assembleia Legislativa, conforme prescreve o artigo 60, § 2º, I, combinado com o art. 63, caput, da Constituição Estadual. Além de não incorrer em quaisquer das vedações estabelecidas pelo § 1º do art. 63 da mencionada Carta Estadual. Cumpre também destacar igualmente que foram apresentados e satisfeitos os critérios comprobatórios de que trata o art. 2º da Lei nº 6.324/96, que estabelece normas para sociedades civis, associações, fundações e as entidades de caráter beneficente, educativo religioso, artístico e esportivo serem declaradas de Utilidade Pública no Estado da Paraíba.

AUTOR (A): Dep. ALEXANDRE DE ZEZÉ

RELATOR (A): Dep. FELIPE LEITÃO

RELATOR SUBSTITUTO: Dep. TACIANO DINIZ

P A R E C E R Nº 803 /2023

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para exame e parecer o **Projeto de Lei nº 955/2023**, de autoria do **Dep. Alexandre de Zezé**, o qual “*Reconhece como de Utilidade Pública Estadual a colônia de pescadores Z-36 – Victor Luciano da Silva no município de Uiraúna/PB*”.

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.

“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”

II - VOTO DO RELATOR

A proposição em análise institui que fica reconhecida a utilidade pública da Colônia de Pescadores Z-36 – Victor Luciano da Silva, no município de Uiraúna/PB.

Por fim, estipula que a Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O autor justificou de forma válida o projeto. Segue, a título de esclarecimento, a sua justificativa em que esclarece a finalidade da proposição:

"Além de preencher todos os requisitos legais para o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual, a Colônia de Pescadores Z-36 – Victor Luciano da Silva tem um importante papel econômico e social para a região de Uiraúna. Além de gerar renda, presta apoio aos associados, realiza capacitação em direitos e deveres, legislação ambiental e demais temas relacionados. Também promove conscientização ambiental, fiscalização contra a pesca ilegal e predatória, incentiva o cooperativismo e a valorização das potencialidades regionais.

Por atender aos requisitos legais e pelo que foi aqui exposto, espero contar com o apoio de todos aprovando a presente proposição".

De início, e nos termos do art. 31, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação.

No que tange à constitucionalidade, juridicidade e à técnica legislativa, a matéria em questão se insere na competência legislativa ordinária da Assembleia Legislativa, conforme prescreve o artigo 60, § 2º, I, combinado com o art. 63, caput, da Constituição Estadual. Além de não incorrer em quaisquer das vedações estabelecidas pelo § 1º do art. 63 da mencionada Carta Estadual.

No mais, enquadra-se nas regras previstas nos artigos 26, II, e 31, I, n, do Regimento Interno desta Casa, cabendo a esta Comissão discutir e votar o presente projeto de maneira conclusiva, salvo eventual recurso ao Plenário, previsto no § 2º, art. 132, do referido regimento.

“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”

Cumpre também destacar igualmente que foram apresentados e satisfeitos os critérios comprobatórios de que trata o art. 2º da Lei nº 6.324/96, que estabelece normas para as Associações e Fundações serem declaradas de Utilidade Pública no Estado da Paraíba.

Ante o exposto, apresento aos ilustres membros desta Comissão, meu voto pela **CONSTITUCIONALIDADE e JURIDICIDADE** do **Projeto de Lei nº 955/2023**, na sua forma original de apresentação.

É como voto.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 2023.



Dr. TACIANO DINIZ
DEPUTADO ESTADUAL
RELATOR



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO DA PARAÍBA



“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação opina pela **CONSTITUCIONALIDADE** e **JURIDICIDADE** do **Projeto de Lei nº 955/2023**, nos termos do voto do Senhor (a) Relator (a).

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 2023.

DEP. WILSON FILHO
PRESIDENTE

DEP. CÂMILA TOSCANO
Membro

DEP. FELIPE LEITÃO
Membro

Dep. João Gonçalves
MEMBRO

DEP. EDUARDO CARNEIRO
Membro

DEP. TACIANO DINIZ
MEMBRO

DEP. CHICO MENDES
Membro